

Ações de Conservação do PAN Lagoas do Sul no Território da BR-116/RS

Integrando Natureza e Cultura



Sinergia de ações gera experiências positivas

Uma parceria estratégica entre o Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Sistemas Lacustres e Lagunares do Sul do Brasil (PAN Lagoas do Sul) e a Gestão Ambiental das obras de duplicação da BR-116/RS (Guaíba – Pelotas) marcou o início de 2025.

Com base nas experiências desenvolvidas anteriormente pela Gestão Ambiental da BR-285/RS/SC, em articulação com os objetivos do Plano de Ação Territorial Planalto Sul, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama/RS) recomendou que os programas de Educação Ambiental e de Comunicação Social, executados nas obras da BR-116/RS, atuassem

de forma integrada às diretrizes e ações do PAN Lagoas do Sul.

“A sintonia de objetivos entre essas políticas públicas é uma inovação incorporada ao licenciamento ambiental conduzido pelo Ibama no Rio Grande do Sul. Após análise dessa iniciativa, resolvemos buscar esse mesmo tipo de integração nos demais projetos”, resalta o analista ambiental do Ibama Cristiano Antunes Souza.

O resultado foi um encontro em que representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Secretaria do

Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Sul (Sema/RS), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS-Ascar) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu) apresentaram propostas para ampliar as frentes de atuação do Plano.

Essa convergência começou a se concretizar ainda no segundo semestre de 2025, por meio de atividades desenvolvidas em comunidades tradicionais da região sul do estado, aplicando medidas de incentivo à restauração ecológica, ao cultivo de alimentos e à geração de renda, ao mesmo tempo em que promovem modos de vida sustentáveis.

Plano de proteção

O PAN Lagoas do Sul é uma política pública ambiental coordenada pelo ICMBio, sob a responsabilidade do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSul).

Seu objetivo é promover a conservação de espécies ameaçadas e dos ecossistemas associados às lagoas e lagunas da planície costeira do sul do Brasil.

A área de abrangência se estende desde a Praia da Barra do Chuí (RS), na fronteira com o Uruguai, à Baixa-

da do Maciambú, no sul do município de Palhoça (SC), contemplando 29 espécies de fauna e 133 de flora sob risco de extinção em nível nacional.

De acordo com o analista ambiental do ICMBio Ronaldo Costa, o PAN Lagoas do Sul, na verdade, ultrapassa a dimensão ambiental, abrangendo tudo o que ocorre no território, promovendo impactos na proteção das espécies e na melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse contexto, as ações do Plano também são fundamentais para a

defesa dos povos e comunidades tradicionais, especialmente pescadores artesanais, quilombolas e aldeias indígenas.





Modos de vida tradicionais e a conservação ambiental

A partir de articulação entre o DNIT e instituições parceiras do PAN Lagoas do Sul, por meio de ações integradas dos programas de Educação Ambiental e de Apoio às Comunidades Indígenas das obras de duplicação da BR-116/RS, duas comunidades tradicionais da região da Costa Doce gaúcha receberam Quintais Orgânicos – projeto de prática agropecuária desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Além de proporcionar variedade de alimentos à população local, podendo inclusive gerar renda, a ação tem papel relevante na conservação de espécies nativas. O manejo das culturas reflete o modo de vida das comunidades, promovendo cooperação e fortalecendo vínculos.

Os plantios ocorreram no quilombo Chácara da Cruz, em Tapes, e na aldeia indígena Coxilha da Cruz (Tekoa Porã, de etnia Guarani), em Barra do Ribeiro. Cada quintal reúne 20 espécies frutíferas – entre elas: butiá, pitanga, uvaia e guabiju –, além de sementes de feijão e milho crioulo, três variedades de batata-doce, uma forrageira e 12 espécies de plantas medicinais, somando 38 cultivos.

Na Chácara da Cruz, o plantio ocorreu em área anteriormente degradada, representando restauração produtiva: “Destruíram a mata ciliar e degradaram a terra. Agora, tudo será restaurado com frutas que vão servir à comunidade. Não tenho palavras para definir a importância desse trabalho”, enfatiza o líder comunitário quilombola e articulador do PAN Lagoas do Sul, Vinícius Xavier Ramos.

Fortalecimento da identidade cultural

Além da implantação dos quintais, foram realizadas oficinas educativas com jovens das duas comunidades.

Durante os encontros, os participantes produziram placas de madeira com representações simbólicas do território e dos espaços de convivência, reforçando o cuidado coletivo com as áreas cultivadas e valorizando a relação entre identidade cultural, natureza e alimentação.

Ao final das atividades, as placas foram afixadas no entorno dos quintais.

O educador ambiental Cauê Canabarro destaca que as ações de educação socioambiental buscam trabalhar o sentimento de pertencimento, fortalecendo os vínculos dos sujeitos com o seu território e valo-

rizando os elementos naturais e culturais da realidade local e regional.

“No caso das ações envolvendo a parceria com o PAN Lagoas do Sul, a iniciativa adquire um sentido mais amplo, de fortalecer e evidenciar a relevância dos modos de vida tradicionais e sua relação sociometabólica com o território para a conservação da natureza. Essas culturas, de forma geral, invisibilizadas pela dinâmica da vida moderna, emergem como centrais para uma estratégia atual de enfrentamento da crise socioambiental, que afeta a sociedade contemporânea. Assim, a prática singela de produzir placas lúdicas junto aos jovens dessas comunidades dialoga com esse propósito, demonstrando sua intrínseca relação com a natureza e sua cultura ancestral”, explica o educador ambiental.



Práticas conectadas aos ciclos naturais

As comunidades tradicionais desempenham papel essencial no PAN Lagoas do Sul, contribuindo para a conservação das lagoas costeiras e dos ecossistemas associados.

A analista ambiental da Sema/RS Joana Bassi, integrante do Grupo de Assessoramento Técnico do PAN Lagoas do Sul, esclarece que o modo de viver e os conhecimentos ancestrais de povos originários, quilombolas e pescadores artesanais estão profundamente ligados ao território, permitindo a compreensão detalhada do ambiente e a construção histórica de práticas de manejo adaptadas às condições ecológicas e sociais locais.

Dessa relação com os ciclos naturais do tempo e da vida resultam formas de viver que integram, de maneira orgânica, a proteção de florestas, lagoas, rios e solos.

Atuação integrada

O PAN Lagoas do Sul vem consolidando um modelo de governança ampliada, que integra comunidades tradicionais e envolve órgãos públicos, instituições de pesquisa e representantes da sociedade civil do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

As ações priorizam a restauração ecológica, a gestão ambiental dos territórios, o fortalecimento de práticas agroecológicas, a recuperação de nascentes, o viveirismo, além do intercâmbio de saberes.

No planejamento do segundo ciclo, realizado em novembro de 2025, o Plano ampliou a participação das comunidades tradicionais em sua estrutura de gestão e monitoramento, por meio do Grupo de Assessoramento Técnico.

“Com isso, as comunidades passam a ocupar um papel mais ativo: deixam de ser apenas beneficiárias de políticas públicas e assumem a condição de agentes de proposição e envolvimento direto na construção de ações voltadas ao fortalecimento de seus territórios e de seus povos. Esse avanço reforça a intenção de um caráter mais participativo e transformador do Plano, como instrumento de conservação e, também, de justiça socioambiental”, afirma Joana Bassi.



Butiá

Butia odorata

Integração estratégica

Pela diversidade de instituições e atores que o compõem e por sua ampla capilaridade territorial, o PAN Lagoas do Sul assume o papel estratégico de mapear parceiros e fortalecer continuamente sua governança. Essa característica lhe confere capacidade de articular e alinhar suas diretrizes a outras políticas públicas, especialmente ao licenciamento ambiental e às medidas de mitigação e compensação implementadas no âmbito da gestão ambiental de obras públicas de infraestrutura.

Essa integração é estruturante. Ao dialogar com os fundamentos e objetivos de um plano nacional voltado à conservação de espécies ameaçadas, a gestão ambiental incorpora diretrizes técnicas, qualificando a definição de prioridades e a execução de ações no território. Por sua vez, a capilaridade operacional do trabalho de gestão ambiental amplia a presença do PAN, fortalece sua permeabilidade junto às comunidades e contribui para a efetividade das estratégias previstas no Plano.



O PAN e a conservação de espécies ameaçadas

O PAN Lagoas do Sul organiza suas ações conforme a metodologia dos planos de ação nacional do ICMBio, estruturando eixos estratégicos voltados à redução das principais ameaças incidentes sobre espécies e habitats associados aos sistemas lagunares.

Esses eixos estruturam medidas voltadas à qualificação de informações, gestão territorial, proteção e restauração de ambientes, educação socioambiental e fortalecimento da governança.



Tuco-tuco
Ctenomys minutus

@Mariano Pairet

Categorias e segundo ciclo

As espécies contempladas no PAN Lagoas do Sul são definidas com base nas listas oficiais elaboradas a partir das avaliações conduzidas no âmbito do ICMBio e do Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade (Salve). Para o segundo ciclo, está previsto o foco em 119 espécies de fauna, 131 de flora e 6 de fungos.

O CEP Sul possui atuação prioritária sobre espécies marinhas e costeiras. No entanto, em razão do caráter territorial e sistêmico do PAN Lagoas do Sul, foi realizado diálogo com outros centros nacionais responsáveis por diferentes grupos taxonômicos, de modo a estruturar um plano de ação territorial que contemplasse espécies marinhas, continentais e terrestres associadas aos sistemas lagunares.

Foram identificadas 119 espécies de fauna ameaçadas de extinção, organizadas em dez grupos: invertebrados terrestres; invertebrados aquáticos; peixes continentais; peixes marinhos (Elasmobranchii); peixes

marinhos (Osteichthyes); anfíbios; répteis; mamíferos terrestres; mamíferos aquáticos; e aves.

Entre as espécies contempladas no segundo ciclo estão: a borboleta *Stichelia pelotensis* – EN, uma espécie de invertebrado endêmica do bioma Pampa; a egle *Aegla obstipa*, crustáceo – EN, que ocorre na região hidrográfica do Guaíba; o peixe-anual *Austrolebias nigrofasciatus* – EN, endêmico do sistema lagunar Patos-Mirim; a raia-viola *Pseudobatos horkelii* – CR e o bagre-branco *Genidens barbatus* – EN, que ocorrem na região do estuário da Lagoa dos Patos; o sapinho-da-barriga-vermelha *Melanophryniscus dorsalis* – VU, que ocorre na planície costeira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; a espécie de lagarto ápodo *Ophiodes enso* – EN, popularmente conhecida como cobra-de-vidro, e endêmico do Rio Grande do Sul; o tuco-tuco *Ctenomys minutus* – VU, pequeno mamífero encontrado em campos arenosos; (a toninha *Pontoporia blainvillei* – CR, espécie endêmica do Oceano Atlântico Sul Oci-

dental; e a ave joão-platino *Asthenes hudsoni* – VU, passarinho encontrado em áreas úmidas, como banhados.

No caso da flora, a definição das 131 espécies ameaçadas contou com assessoramento técnico do Centro Nacional de Conservação da Flora (CNCFlora), garantindo rigor metodológico e alinhamento às listas oficiais.

Classificação no status de conservação das espécies ameaçadas, segundo a lista da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN): EN - em perigo; CR - criticamente ameaçada; e VU - vulnerável.

Expediente

Realização: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Execução: STE - Serviços Técnicos de Engenharia S.A.



Conselho Editorial:

Andressa Facin e Sílvia Aurélio

Jornalista Responsável:

Marcelo Costa (737/97 DRT/PI)

Fotografias: Acervo STE S.A., Rastro Ecologia Criativa e Mariano Pairet

Projeto Gráfico: Greici Lima

Fale Conosco

0800 60 11 116

comunicaobr116@stesa.com.br

www.br116rs.com.br

fb.com/br116rs



O material é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

